



METODOLOGIAS E ESTRATÉGIAS POSSÍVEIS: COMO OPERAR COM GÊNERO E SEXUALIDADE?

Vagner Matias do Prado¹

Resumo: O presente texto pretende problematizar a teoria *queer* como potência teórico-metodológica para as pesquisas que operam com os gêneros e sexualidades. Por meio de um exercício profano, resgato algumas noções que tratam os termos como dispositivos históricos e apresento indícios das condições de possibilidade que permitiram a instauração do *queer* como movimento de um pensar crítico. Por fim, opero com a teoria para questionar a sexopolítica, exercitando problematizações que possam auxiliar os desejos “vazarem” dos regimes de verdade que tendem a capturá-los. Defendo assim que a teoria faz parte do método e deve ser explicitada em trabalhos acadêmicos.

Palavras-chave: Teoria *queer*; Método; Gênero; Sexualidade.

Introdução

O presente texto pretende problematizar a teoria *queer* como potência teórico-metodológica para as pesquisas que operam com os gêneros e sexualidades. Ao tomar as categorias gênero e sexualidade como dispositivos históricos, representacionais e políticos, defendo a necessidade de apropriação teórica dos termos para que as análises científicas possam explorar seus alcances no que se refere à produção de subjetividades.

Por meio de um exercício profano, resgato algumas noções que tratam os termos como dispositivos históricos e apresento indícios das condições de possibilidade que permitiram a instauração do *queer* como movimento de um pensar crítico. Em seguida, opero com a teoria para questionar a sexopolítica, exercitando problematizações que possam auxiliar os desejos “vazarem” dos regimes de verdade que tendem a capturá-los. Por fim, apresento a polifonia que permitiu construir o texto, assumindo os riscos das

¹ Bacharel em Educação Física. Mestre e Doutor em Educação. Professor da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Líder do GPESP - Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividade.

políticas colonizadoras.

Gêneros e sexualidades: revisitando os termos na condição de dispositivos

Aprendemos com Michel Foucault que a sexualidade não se constitui em uma “dimensão humana” oriunda da biologia e dos processos de maturação do organismo. Em questionamento a essa ideia, o filósofo argumentou que nossa sexualidade (e acrescentaria aqui “nossa noção contemporânea de desejo”) é uma construção pautada em discursos culturais que, ao produzirem certos (des?)conhecimentos sobre os corpos e prazeres, administram nossas vidas e nos conformam às normas sociais.

O dispositivo da sexualidade é acionado a partir de representações oriundas de diversas tramas discursivas. Disposições arquitetônicas, conhecimentos científicos, pensamentos filosóficos, doutrinas religiosas, exposições midiáticas, filiações políticas, valores morais, gestos e comportamentos tipificados. Todos esses artefatos socioculturais constituem as numerosas redes relacionais que permitem o funcionamento desse dispositivo.

No que se refere à identificação do sujeito com a vivência dos prazeres, alguns marcadores específicos delimitam as possibilidades (e limites) para essas relações. Os marcadores sociais de gênero e sexualidade, por exemplo, se configuram como dispositivos que, em muitos casos, estabelecem a subjugação e a falta de legitimidade para múltiplos modos de existência. Ser enquadrado na classificação de homem ou mulher, masculino ou feminino e ser forçado a desenvolver determinadas práticas ditas “sexuais”, são estratégias políticas que posicionam os corpos/subjetividades a partir de um ideal de normalização focado na noção de uma heterossexualidade natural, universal e homogeneizada².

Muitos discursos que ganham nossos sistemas culturais de inteligibilidade instituem a heterossexualidade como princípio definidor de uma “verdadeira” identidade. Essa demarcação arbitrária se utiliza de diversas justificativas para assegurar o caráter de “naturalidade” dessa invenção (BRITZMAN, 1996; BUTLER, 2003; 2008; HALPERIN, 2004; WEEKS, 2001; WITTIG, 2006). É a partir desse pressuposto que

² Cabe destacar que os marcadores sociais de diferenciação de gênero e de sexualidade não são os únicos dispositivos que constroem noções identitárias de sujeitos e que, em muitos casos, passam a ser os indicativos que subjugarão determinados modos de existência. Os dispositivos acionados pelas noções de diferença sexual, raça, etnia, categoria geracional, deficiência, religião, nacionalidade, naturalidade e classe social também cumprem essa finalidade, sendo que, a partir das relações estabelecidas entre esses múltiplos marcadores, é que o contexto sociopolítico será constituído.

REBEH
REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DA HOMOCULTURA

muitas críticas e críticos focaram/focam suas análises no intuito de expor os mecanismos sociopolíticos que negativizam determinadas vivências humanas.

Como exemplo estratégico desse sistema heterocentrado poder-se-ia citar certo discurso religioso, que prega a complementaridade do homem com a mulher; determinados discursos médico-científicos, que através da dissecação das diferenças anatômicas, fisiológicas e hormonais entre os sexos procuram evidenciar “provas” de que os seres seriam diferentes por natureza; uma boa parte do discurso jurídico, que não reconhece como sujeitos de direitos corpos que transgridem a essas normas; e muito do discurso pedagógico, que além da omissão frente ao reconhecimento de representações de desejo que se distanciam da lógica heterossexual, não promove questionamentos sobre a construção e marcação cultural dessas aparentes “diferenças”.

O sistema normativo que prevê a regulação da sexualidade também institui uma cisão radical entre as representações de homem e mulher (LAQUEUR, 2001; NICHOLSON, 2000, WITTIG, 2006). Assim, características definidas como “femininas” são subjugadas e submetidas a manobras de poder que enaltecem determinado modelo de masculinidade como prova de superioridade de alguns sujeitos em relação a outros (BUTLER, 2003). Dessa forma, tanto a aversão ao considerado como feminino, quanto a não legitimidade jurídica e social de sujeitos LGBTI⁺ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Intersexuais e demais formas de existência afrontosas às normalizações de gênero/sexualidade) constroem as bases para a instauração de processos discriminatórios em relação às diferenças, o que, nos dias atuais, facilmente reconhecemos como LGBTI⁺fobias (GRUPO GAY DA BAHIA, 2008; JUNQUEIRA, 2009; RIOS, 2007).

Os regimes discursivos que pretendem fixar verdades universais acabam, devido a sua insistência, reiteração e ampla divulgação social, por não permitir com que compreendamos que somos constantemente fabricados por essas disposições. Na esfera do gênero e da sexualidade, identidades são forjadas a partir da instituição da norma heterossexual que é instaurada como “Lei”. Essa *Lei de Criação* constrói mecanismos de subjetivação que instituem uma única possibilidade identitária: as que passem a manter uma ótica de coerência entre sexo biológico, gênero, desejo e prática sexual.

Essa forma de controle social dos corpos se demonstra muito eficiente. O dispositivo da (HETERO)sexualidade está disperso por toda a geografia social. Ao disponibilizarmos um pouco de atenção ao que nos cerca, facilmente poderemos notar as variadas estratégias de constituição de corpos “generificados” e “sexualizados”:

separação entre meninos e meninas nas escolas (ordenamento em filas segundo o gênero; divisão e controle exercidos para o acesso aos banheiros etc.); em um passeio pelos corredores do supermercado, no qual os produtos são estampados segundo o gênero ao qual se destinam; no preenchimento de algum formulário em que temos que marcar um “X” nos espaços correspondentes ao sexo; nos modelos representacionais veiculados pelas mídias em seus mais diferenciados formatos (novelas, programas humorísticos, programação infantil). Somos bombardeados por tecnologias de produção de corpos de gênero e de sexualidade regidos por um modelo heterossexual que nos é posto de uma maneira impositiva e violenta.

Todavia, nem todos os sujeitos se conformam a partir dessas normas. Apesar de inseridos em um contexto heteronormativo, sujeitos que não se definem como heterossexuais emergem como possibilidades de existência, entretanto, não obtendo o reconhecimento social devido.

É nesse sentido que, como nos alerta Michel Foucault, Judith Butler e Beatriz Preciado, fomos produzidos discursivamente para nos pensarmos, materializarmos e agirmos de determinada maneira. Fomos docilizados à suscetibilidade e postos a serviço de uma política disciplinar de assujeitamento. Com isso, se faz necessário questionar os discursos, os efeitos de verdade que eles criam e de que maneira fabricam e posicionam os sujeitos na hierarquia social.

Atualmente, diferenciados movimentos sociais, pensamentos filosóficos e posicionamentos críticos objetivam desconstruir as regras de normalidade instituídas para o gênero e sexualidade. Nesse sentido, da representação de “pecador” ou “doente” ou “homem-masculino”, “mulher-feminina” as manifestações de gênero e sexualidade não padronizadas ou heterocentradas se configuram como estratégias políticas para enfrentar os efeitos discursivos que impossibilitam o exercício da cidadania e o reconhecimento da potência vibrátil, oriundas das infinitas possibilidades de constituição subjetiva.

Assim, cabe alertar que o poder domesticador não é a única via possível para a atuação social. O poder não é, meramente, unidirecional, verticalizado e opressor. Pelo contrário, é exercido em redes e em várias direções. Se aproveita das fissuras, dos intervalos, do “não dito” enquanto estratégia de subversão e essa potencialidade vibrátil nos desafia a novas constituições, a novas possibilidades de existência. Ou seja, como nos alertou Foucault, é possível se tornar “um outro” do que se é.

A teoria *queer* e suas potencialidades teórico-metodológicas para a produção de (des)conhecimentos

Em muitos casos, a aparente realidade de nossa existência como humano se ancora em nossa sexualidade. A partir dos séculos XVII/XVIII observou-se uma produção contínua de conhecimentos que objetivou ostentar a “verdade” sobre nosso sexo. Sexo este que, para o pensamento tradicional, nos remete a pensar em uma sexualidade biologicamente determinada e psicologicamente conduzida, na qual a diferença sexual e nossos mais profundos desejos, afeições, sentimentos e vontades se consolidariam (caso tenhamos um bom desenvolvimento de nossa vida sexual) em uma identidade que expressa o verdadeiro “eu”.

É contra esse pensamento que algumas correntes, consideradas por muitos intelectuais como “pós-modernas”, desenvolveram longas e aprofundadas críticas, pois, se entregam a um exercício de desvelamento das normas sociais que regulam nossos comportamentos ao construírem nossas identidades. Dessa maneira, o pensamento de Foucault acabou por se configurar enquanto uma estratégia de resistência para essas “novas” teorizações que possibilitam certa transformação de nós mesmos e, conseqüentemente, da realidade que criamos. Dentre as estratégias que se valem dos escritos do filósofo para acionar mecanismos políticos de dissolução das identidades modernas, encontramos o que a literatura denomina como “teoria *queer*”³.

Contemporaneamente a denominada “teoria *queer*” poderia ser compreendida como uma abordagem “teórico-crítica” que possibilita problematizar sistemas de normalização social que objetivam enquadrar os sujeitos em categorias identitárias. Seus pressupostos permitem atentar para os mecanismos sociais que constroem e legitimam as diferenças como representações contrárias a “natureza” humana (HALPERIN, 2004; LOURO, 2008; MISKOLCI; SIMÕES, 2007; SILVA, 2002).

Entretanto, essa definição seria reducionista, pois a subversão que se constrói a partir de uma presença *queer* na ordem estabelecida prevê estratégias de ações que possam desafiar, constantemente, os modelos de normalidade impostos. Nesse sentido, para além de um pensamento teórico ou acadêmico, o *queer* faz uso da militância enquanto estratégia para o confronto e desafio, não estabelecendo vínculo direto com

³ No decorrer de nosso exercício de escrita termos como “atitude *queer*”, “pensamento *queer*”, “política *queer*” “abordagem *queer*” ou “perspectiva *queer*” serão utilizados em referência a “teoria *queer*” no sentido de tentar afastá-la de uma possível compreensão cristalizada de “teoria”, pois, historicamente, as teorias apresentam conceitos fechados que não permitem uma flexibilização para seus usos.



qualquer pretensão identitária (seja ela de estilo de vida ou acadêmica). Para esse modo analítico, é preciso compreender as intencionalidades políticas de determinado meio para que possamos identificar os sistemas que organizam e hierarquizam os sujeitos em determinados grupos, enaltecendo alguns e subjugando muitos a um contexto pautado por diversas desigualdades sociais.

Entretanto, quando falamos em intencionalidades políticas é preciso compreender o adjetivo “político” fora dos moldes tradicionais ou de representatividade partidária governista. A política a que se refere à crítica *queer* são os modos de regulação aos quais somos sujeitos por diversas instituições sociais tais como Família, Religião, Sistema Jurídico, Sistema Pedagógico, Mídias etc. Dessa maneira, somos forçados em meio a valores sociais e “verdades” científicas que garantam o “bom” funcionamento de determinada ordem estabelecida. Qualquer presença que cause estranhamento ou ameaça de subversão dessas leis normativas, qualquer presença *queer* nesse meio, é automaticamente marcada como inapropriada, doentia e/ou ilegítima.

A teoria *queer* se ancora em estudos pós-estruturalistas. Segundo Neil Franco (2009) ela surgiu nos Estados Unidos e Inglaterra na década de 1990, sendo o termo criado por Teresa De Lauretis. Alfonso Ceballos Muñoz (2005) relata que, embora o termo *queer* esteja presente na língua inglesa desde os finais do século XVI (ao referir-se a diferentes significados), sua absorção gráfica para designar uma teoria foi empregada pela primeira vez no artigo “*Queer Theory. Lesbian and Gay Sexualities: An introduction*” publicado na revista *Differences* e assinado por De Lauretis. Para muitos autores, é a partir dessa publicação que essa grafia passa a designar uma vertente de teorizações filosóficas e ganha espaços acadêmicos (HALPERIN, 2004; MUÑOZ, 2005).

Entretanto, David Halperin (2004), ao estabelecer críticas sobre os modos de apropriação do adjetivo “*queer*” em muitos estudos acadêmicos ou estilos de vida estadunidenses pautados no consumo, argumenta que, na formulação de De Lauretis, o termo foi empregado para perturbar a pauta de discussão dos até então denominados *gays and lesbian studies*. A investida da autora era criticar o discurso homogeneizante e monolítico sobre a diferença sexual observados nesses estudos (HALPERIN, 2004).

Embora, alguns escritos como os de David Halperin e Paco Vidarte explicitem críticas a uma boa parte dos modelos academicistas de teorização que se autodenominam *queer*, algumas teóricas e teóricos se destacam por seu trabalho militante, problematizador e desestabilizador das normas sociais nessa área. Nomes



como Judith Butler, Eve Sedgwick, Monique Wittig e Michael Warner (além de Michel Foucault) marcam presença constante nos livros, artigos, ensaios e bibliografia de estudos acadêmicos que se pretendem críticos dos sistemas contemporâneos de subjetivação da(s) sexualidade(s).

Contemporaneamente, pesquisadores e pesquisadoras como Beatriz Preciado, Marié Hélène Bourcier, Judith Jack Halberstam, Paco Vidarte, Susana López Penedo, Javier Sáez e David Córdoba também construíram visibilidade, integrando aos estudos acadêmicos a experiência da militância política em diversos espaços sociais (CÓRDOBA; SÁEZ; VIDARTE, 2005). Alguns desses trabalhos acabam por aprofundar muitos dos temas apontados (mas não desenvolvidos) por Michel Foucault, contribuindo assim para o desenvolvimento do pensamento crítico na atualidade.

Segundo Richard Miskolci e Júlio Simões (1997), o termo *queer*, em uma interpretação literal, poderia ser traduzido como esquisito, estranho ou como uma série de xingamentos direcionados a homossexuais nos Estados Unidos. Entretanto, no sentido utilizado pela teoria, *queer* também pode ser utilizado para designar alguém ou algo desestabilizador, que desafia os padrões de normalidade instituídos.

As definições identitárias são um dos focos para as problematizações *queer*. Ao partir do pressuposto de que as identidades são construções sócio-históricas, e não definidas por uma descendência biológica ou criacionista, denunciam que essas categorias nada mais fazem do que enquadrar os sujeitos ao definirem limites para a atuação humana. A identidade se torna um potente mecanismo de controle e contenção social, pois, permite homogeneizar grandes massas tornando-as suscetíveis a diferenciados processos de gerenciamento.

É a partir desse embate crítico que os estudos *queer* centralizam esforços na desconstrução de identidades sexuais que fogem da ótica heterocêntrica ao possibilitar a compreensão das lesbianidades, homossexualidades, intersexualidades, travestilidades, transgeneridades, e demais vivências de sexualidades não atinentes ao padrão hegemônico, enquanto possíveis, e diferenciados, modos de existência.

A teoria *queer* se recusa a enumerar, classificar ou dissecar as sexualidades disparatadas, antes propõe evidenciar os processos invisíveis que atribuem à perspectiva da normalidade, identificada como a própria razão, o poder de instituir esta designação-julgamento (MISKOLCI; SIMÕES, 2007, p. 10).

Para Judith Butler (2002) o termo “*queer*” é um importante instrumento que

possibilita romper a continuidade, o fluxo enunciativo da construção de sujeitos retos/endireitados (*straight*). Ele é empregado com um sentido de “degradação” do sujeito ao qual se refere. Entretanto, possibilita a construção de novas linhas de constituição a partir de referentes até então não inteligíveis. O *queer* adquire seu poder através da enunciação do patológico, do insulto, do abjeto. Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2002), através da “estranheza”, a teoria *queer* propõe perturbar a tranquilidade da noção de (hetero)normalidade.

Embora a grafia “*queer*” tenha ganhado certa legitimidade acadêmica, muitos estudos têm questionado sua importação terminológica para pesquisas na qual a palavra passa a ser empregada sem uma tradução. As críticas relacionadas evidenciam que o caráter performático e político da enunciação do termo perde força. Na Espanha, por exemplo, vários autores e autoras ensaiaram novas possibilidades ao utilizarem termos que evocam o caráter de insulto e fazem com que a injúria trabalhe sobre ela mesma. Assim, termos como teoria *maricon*, *bollera*, *maríbollo*, *rarita*, não raro, aparecem na produção espanhola (MUÑOZ, 2005).

Entretanto, outros autores/as optam por não traduzir o termo e assumem as vantagens e desvantagens de não o fazê-lo. Segundo David Córdoba (2005) tanto importações quanto traduções terminológicas possuem “contaminações culturais” que não podem ser controladas completamente (CÓRDOBA, 2005, p. 21). Em favor da utilização do termo em inglês, o autor nos apresenta quatro justificativas que passaremos a adotar como pertinentes para a manutenção de “*queer*” em detrimento de uma possível tradução para o português:

1. “*Queer*” já se estabelece como um termo comum no âmbito do ativismo e já foi incorporado em uma boa parte da produção teórica gay e lesbiana no mundo.
2. O uso do termo em inglês possibilita certo “estranhamento” com a cultura local e suas possibilidades de compreensão das representações sociais sobre sexualidades não heterocentradas. Assim, permite um distanciamento das “contaminações culturais” e dos mecanismos de definições locais que atribuem *status* identitário às diferenciadas maneiras de configuração dos desejos, afetos e parcerias baseadas no gênero e no desejo.
3. *Queer* é um termo sem gênero. Com isso, não se aprisiona em representações postas de masculinidade e feminilidade. Permite combinar novas possibilidades ao desconstruir as representações de gênero hegemônicas. Pensar *queer* permite conceber uma masculinidade efeminada e uma feminilidade masculinizada, sem que precisemos

pensar o gênero a partir de uma ótica dicotomizada.

4. Por último, para conservar seu sentido de “raro”, “excêntrico”, “estranho”, pois se refere a todas e todos que se distanciam da norma heterossexual, estando ou não articulado com representações identitárias.

En este sentido, queer es más que la suma de gays y lesbianas, incluye a éstos y a muchas otras figuras identitarias construídas en este espacio marginal (transexuales, transgénero, bissexuales, etc.) a la vez que se abre a la inclusión de todas aquéllas que puedan proliferar em su seno. (CÓRDOBA, 2005, p. 22).

Em complemento aos postulados de David Córdoba, acrescentaria uma quinta justificativa para o uso do termo *queer* em inglês:

5. *Queer* não faz menção somente a questões de gênero e sexualidade, mas a todos os sujeitos marginalizados por políticas de normalização, sejam elas baseadas na classe, religião, nacionalidade, naturalidade, cor/etnia, deficiência etc.

Para a abordagem *queer* as análises das relações de poder que se difundem no contexto social se torna questão central. Baseados no método genealógico foucaultiano, vários de seus estudos procuram dissecar as formas sutis pelas quais o poder opera. Essa operação de poder não se estabelece de uma maneira restritiva, mas sim produtiva ao construir condições de possibilidades para que determinadas formas de inteligibilidades culturais sejam decodificáveis. Dessa maneira, propõe uma reviravolta epistemológica para a compreensão dos processos de subjetivação e suas articulações com os conhecimentos socialmente produzidos e que tomam formas materiais a partir dos diferenciados regimes de verdades que ecoam como seus efeitos.

Nesse sentido, e como um pressuposto presente em boa parte dos estudos pós-estruturalistas, todo conhecimento está relacionado com a construção de “verdades” que, como efeito, passa a construir a nossa “realidade”. Tudo o que não é previsto ou “explicado” por determinada teoria acaba relegado ao âmbito das “inconformidades”, da inexistência social. Ou seja, ao contrário de sua aparente “neutralidade”, uma teoria constrói as representações do que é possível ou impossível de ser compreendido na esfera sociocultural (SILVA, 2002).

Tanto nossas ações no mundo, quanto a constituição de nossas subjetividades, são balizadas por “permissividades discursivas”. É esse sistema que possibilita com que determinado sujeito, prática ou ação possa ser compreendida como possível para que sua manifestação nos espaços sociais seja permitida. O que não é dito, não é nomeável!



Ganha o terreno da inexistência e não se faz decodificável (inteligível) pelos significados instituídos. Entretanto, o “não dito”, o silenciamento produzido por esse sistema que permite dar inteligibilidade à nossa existência e nossa relação com o mundo, também faz parte do mecanismo político das permissividades discursivas, relegando ao ocultismo e mutismo expressões de vida que não devem ser “lidas” pelo sistema.

Sobre suas operações conceituais, as teorias pós-críticas, dentre elas a teoria *queer*, estruturam suas bases questionadoras no pós-estruturalismo francês. A compreensão dos conceitos de “discurso”, “poder”, “assujeitamento”, “disciplina”, “biopoder” e “biopolítica” propostas por Michel Foucault, e o método desconstrutivo, que permite desestabilizar oposições conceituais que estruturam as sociedades ocidentais, referenciado por Jacques Derrida, são cruciais para essas teorizações (HALPERIN, 2004; LOURO, 2008; SILVA, 2002).

Javier Sáez (2005) argumenta que o contexto sociopolítico de surgimento da teoria *queer* se assenta em três eixos: 1. Nos movimentos de reivindicação social a partir da década de 1960; 2. Na crise provocada pelo surgimento da Aids e; 3. Nas contribuições teóricas do pensamento do filósofo Michel Foucault. Essas condições históricas de possibilidade, com maior ênfase da década de 1980 nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, deram origem à construção de um corpo de conhecimento responsável por severas críticas aos modelos sociais hegemônicos de sexo, gênero, cor, etnia e de produção científica (HALPERIN, 2004; SÁEZ, 2005; WITTIG, 2006).

Embora essa perspectiva de análises seja produtiva no sentido de possibilitar novas compreensões acerca dos processos sociais de construção de desigualdades e modelação dos sujeitos, a teoria *queer* passa por constantes problematizações oriundas do desenvolvimento intelectual que a sustenta. Nesse sentido, deveríamos considerar a perspectiva *queer* como uma espécie de “teoria nômade”, que não se deixa aprisionar pelo conhecimento já produzido.

Para Judith Butler é preciso submeter a teoria *queer* a constantes análises genealógicas, pois ela nada contém de “todo”, de “completude”. O termo deve “ser constantemente resistemizado, distorcido, desviado de usos anteriores y dirigido hacia apremiantes objetivos políticos en expansión.” (BUTLER, 2002, p. 60).

Operando com gêneros e sexualidades: as possibilidades de uma sexualidade não genitalizada

Para além de expressões de vida, quando refletimos sobre as relações existentes entre o uso dos corpos e seus prazeres, a heteronormatividade tende a gerenciar as regiões possíveis ou não de serem mobilizadas. Com isso, sua genitalização é instaurada e se configura como uma estratégia que vincula o sujeito a certa “utilidade” da prática sexual, esta que visaria à reprodução da espécie.

Beatriz Preciado argumenta que as sociedades contemporâneas constituem a “sexopolítica” como uma tecnologia de controle sobre a vida. Segundo a autora, nesse contexto:

(...) o sexo [os órgãos chamados “sexuais”, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes] entra no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida (PRECIADO, 2011b, p. 11) (destaques da autora).

Dessa maneira os corpos passam por um processo de mapeamento e territorialização, constituindo assim uma espécie de “geografia da carne”. Esse mecanismo, regido por normas de controle sobre condutas inscritas na ótica da heterossexualização do social, acaba por determinar não somente as funções, mas também os locais destinados à obtenção de prazer. Pênis, vulva, vagina e seios (a boca um pouco mais tarde) se tornam os “órgãos/pontos sexuais” inteligíveis. Essa geografia da carne passa então a desqualificar qualquer outra forma de uso dos corpos e prazeres.

(...) “tornar-se” gênero é um laborioso processo de tornar-se “naturalizado”, processo que requer uma diferenciação de prazeres e de partes corporais, com base no significado com características de gênero. Diz-se que os prazeres residem no pênis, na vagina e nos seios, ou que emanam deles, mais tais descrições correspondem a um corpo que já foi construído ou naturalizado como portador de traços específicos de gênero. Em outras palavras, algumas partes do corpo tornam-se focos concebíveis de prazer precisamente porque correspondem a um ideal normativo de um corpo já portador de um gênero específico. (...) A questão de saber que prazeres viverão e que outros morrerão está frequentemente ligada a qual deles serve às práticas legitimadoras de formação da identidade que ocorrem na matriz das normas de gênero (BUTLER, 2003, p. 107-108).

No que se refere a determinadas práticas sexuais, por exemplo, o sexo anal, ao ser condenado e não concebido como possível (ao menos no plano dos discursos hegemônicos), passa a não ganhar materialidade. Ou seja, não é “posto em prática” por determinada parcela da população, pois suas condutas são reguladas por mecanismos de interdição. Segundo Javier Sáez e Sejo Carrascoza (2010), o referente ao anal passou por um processo histórico de produção de representações abjetas, impuras e de não permissibilidade.



Em um estudo sobre o uso do palavrão entre jovens em fase escolar Amadeu Roselli-Cruz (2011) demonstra o quanto o “cu” também é significado a partir de uma possível aproximação ao considerado “homossexual”. Nesse sentido, xingamentos como “vai tomar no cu” ou “vou comer seu cu” denotam um desprestígio para com o sujeito alvo do palavrão. Este passa a ser desqualificado pela subjugação ao domínio masculino e por se tornar, a partir da nomeação, um ser desprezível que além de se igualar a “passividade” das mulheres, se torna “violado” no momento em que “expõe” uma parte de seu corpo que deveria privar pelo anonimato devido a sua “impenetrabilidade”, masculinamente determinada. “Um simples palavrão que insinue orientação sexual diferente do modelo heteronormativo pode implicar em medos, resposta agressiva com aumento da violência, além de baixo desempenho, reprovação e evasão da escola” (ROSELLI-CRUZ, 2011, p. 84).

Nesse sentido, é possível perceber que o corpo é esquadrinhado por processos de socialização e que a cultura determinada quais as regiões possíveis ou impossíveis de serem solicitadas durante o processo de conhecimento do próprio corpo e/ou do exercício de vivência dos gostos e prazeres sexuais. Segundo Beatriz Preciado (2011a), romper com a genitalização tradicional, e se valer de partes abjetas do corpo enquanto um movimento político de reconstrução do “eu”, pode ser pensado através de uma “contrassexualidade”, ou seja, novas maneiras de se conhecer, de buscar o prazer e ampliar as possibilidades criativas, artísticas e de desejo para com o próprio corpo sem se valer das categorias de permissividade impostas.

Nas palavras de Wiliam Peres⁴, seria o cu uma estratégia para reconstruirmos nossas relações subjetivas e com o mundo? Por que não exercitamos “dar o cu” para nos valermos de novas experiências? É a partir dessa perspectiva que o cu é tomado como um objeto a ser reapropriado pela literatura e militância *queer* enquanto local político de prazer, afeto e resistência para resignificar sua histórica abjeção (SÁEZ; CARRASCOZA, 2010).

Assim, a sexopolítica deve ser compreendida a partir da ideia de divisão do trabalho da carne. A sexualidade descrita por essas estratégias se torna territorializada e necessita do esquadrinhamento do corpo em regiões sexuais ou não sexuais, para exercer seus reais efeitos de controle.

⁴ Aula ministrada na disciplina “Cartografia dos gêneros: processos psicossociais, políticos e culturais” do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Unesp *campus* de Assis-SP no ano de 2011.



A sexopolítica não pode ser reduzida à regulação das condições de reprodução da vida nem aos processos biológicos que se “referem à população”. O corpo *straight* é o produto de uma divisão do trabalho da carne, segundo a qual cada órgão é definido por sua função. Uma sexualidade qualquer implica sempre uma territorialização precisa da boca, da vagina, do ânus. É assim que o pensamento *straight* assegura o lugar estrutural entre a produção da identidade de gênero e a produção de certos órgãos como órgãos sexuais e reprodutores. (PRECIADO, 2011b, p. 12).

Michel Foucault também foi favorável à necessidade do que chamou de “processos de dessexualização” corporal. A noção de “sexo” proposta por Foucault está, predominantemente, associada aos órgãos genitais. Então seria preciso dessexualizar o prazer, ou seja, em minha compreensão, “desgenitalizar” as práticas, encontros e desejos para que possamos construir novas relações produtivas para com nossos desejos.

Nesse sentido, Foucault se interessou pelo sadomasoquismo (SM), pois, a relação de poder que prevê uma dominação é constantemente renegociada nessa prática. Também a busca de prazer por extensões do corpo que não sejam os órgãos sexuais, pois em muitas práticas SM, a tortura aos órgãos ditos “sexuais” como pênis, testículos e vulva é uma prática convencional. Formas de obtenção de prazer e novas relações com práticas como o *Piercing*, *Bondage*, Flagelação ou o *Fist-fucking* também acabam por romper com o controle normativo sobre o corpo e os desejos. Nas palavras de David Halperin, as práticas de SM implicam:

(...) la erotización de regiones no genitales, como los pezones, el ano, la piel y toda la superficie del cuerpo. Encontra otros usos eróticos para los genitales aparte de la estimulación que lleva al orgasmo. Por lo tanto, el S/M elabora un nuevo mapa de los puntos eróticos del cuerpo, una redistribución de las llamadas zonas erógenas, una ruptura con el monopolio tradicionalmente acordado a los genitales e incluso una reerotización de los genitales masculinos como puntos de vulnerabilidad más que como objetos de veneración (HALPERIN, 2004, p. 111).

Pensar *queer* nos remete então a recusar qualquer forma de sedentarismo e compreender as relações sociais a partir da noção de “processualidade”. O “certo” ou “errado”, relacionados ao exercício dos desejos e expressões de gêneros e sexualidades, nada mais são do que moralismos discursivos cunhados por perspectivas fascistas que intencionam controlar o social. Esse controle se origina através de estratégias de governo que pretendem assegurar um domínio sobre corpos, ao mesmo tempo em que constrói subjetividades normalizadas, ou seja, atadas a determinada estrutura social que não permite pensar em formas voláteis de constituição corpórea.

Como proposto por Preciado (2011a), a construção de uma política de vida contrassexual poderia ser útil para deslocarmos os referentes nos quais os sujeitos se apoiam para construírem suas expressões subjetivas. Assim, seria possível desconstruir

a noção de identidade pautada na ideia de diferença sexual, dicotomização dos gêneros ou cristalização do desejo, sejam estes considerados heteroeróticos ou não. Para a autora, a contrassexualidade decretaria “el fin de la naturaleza como orden que legitima la sujeción de unos cuerpos a outros” (PRECIADO, 2011a, p. 12-13).

A análise crítica das diferenças de sexo, gênero e/ou sexualidade produzidas pela heteronormatividade, bem como uma transformação social na qual os corpos se reconheceriam como “falantes” (e não como homens e mulheres), instauraria a renúncia aos regimes de verdade que tomam os corpos como resultantes de presunções biológicas. Assim, novas linhas de subjetivação permitiriam uma contraproduktividade no que se refere à construção de formas alternativas de “saber-prazer”.

Acredito que o domínio ético foucaultiano, em muito, poderia contribuir para esse processo. Segundo Alfredo Veiga-Neto (2007), durante essa fase de reflexão sobre a vida, Foucault se preocupou em problematizar as possíveis maneiras de exercitar uma construção de si de forma a não materializar as regras morais hegemônicas. Nesse sentido, o filósofo desenvolveu a noção de “cuidado” ou “estética de si”, ou seja, as possibilidades de autoinvestimento que permitam a fabricação de uma nova forma de existência. Segundo David Halperin o que Foucault concebeu como uma “arte da existência” “era una práctica ética que consistía en imponer libremente a su propia vida una forma distintiva y un estilo individual, transformándose a si mismo según su propia concepción de la belleza o el valor” (HALPERIN, 2004, p. 93).

(...) el yo (moi), tomándose a sí mismo como una obra a ser realizada, podía sostener una moral que no estuviera basada en la tradición o la razón; como un artista de sí mismo, gozaría de esa autonomía de la cual la modernidad ya no puede abstenerse [...] Ya no es necesario esperar la revolución para comenzar a actualizarnos: el yo es la nueva posibilidad estratégica (VEYNE, 1986 apud HALPERIN, 2004, p. 95-96).

Assim, ao compreendermos que nossos desejos podem desencadear novas possibilidades de relações, bem como novas formas de criação de vida, os sujeitos poderiam ascender a uma posição inventiva e se recriar segundo suas próprias experiências, e não mais de acordo com regras normalizadoras. Para Foucault, a filosofia serviria como estratégia transformadora da existência, ou seja, poderia ser empregada no cotidiano para a construção de uma arte ou estilo de vida. Essa nova possibilidade se relacionaria menos com a construção de uma identidade do que com uma relação de reflexividade constante sobre si, ou seja, uma ascese que poderia ser resumida enquanto “el ejercicio de uno sobre sí mismo, mediante el cual intenta

elaborarse, transformarse e acceder a cierto modo de ser” (FOUCAULT apud HALPERIN, 2004, p. 100).

Em consonância com esse pensamento partimos do pressuposto de que as expressões LGBTI⁺ poderiam ser convertidas em “técnicas de si”, pois, como exemplificado a partir da homossexualidade, Halperin argumenta que esta só teria sentido se significada a partir de uma noção *queer*. Nas palavras do autor, uma posição de vida sem essência, uma possibilidade de transformação de si constante, um potencial *queer* (HALPERIN, 2004, p. 102).

Ser gay es estar en devenir. No es necesario ser homosexual, sino encarnizarse en ser gay [...] situarse en una dimensión en la que las elecciones sexuales que uno hace estén presentes y tengan efectos en el conjunto de nuestra vida... Estas elecciones sexuales deberían ser al mismo tiempo creadoras de modos de vida. Ser gay significa que estas elecciones se disseminan a lo largo de toda la vida; es también una forma de rechazar los modos de vida propuestos y de convertir la elección sexual en un operador de *un cambio de la existencia* (FOUCAULT apud HALPERIN, 2004, p. 101) (grifos do autor).

Nesse sentido, quando pensamos em operar com os gêneros e sexualidades (em pesquisas e para a reconstrução de nossas próprias vidas!), é necessário desconfiar das certezas e questionar as verdades produzidas pelos discursos culturais em voga. Com isso, não somente o reconhecimento de múltiplas formas de vida, mas também o combate contra tecnologias de opressão e violência tornaria possível o estabelecimento de condições históricas na qual possamos nos reconhecer a partir de coletivos que, inclusive, poderiam ser pautados por uma política de “não identificação”.

Polifonia

BRITZMAN, D. O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun., 1996.

BUTLER, J. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida (Org.).

Sexualidades transgresoras: una antología de estudios queer. Barcelona: Icaria, 2002, p. 55-79.

_____. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”**. 2ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2008.

_____. **Problemas do Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÓRDOBA, D. Teoría queer: reflexiones sobre sexo, sexualidad e identidad – Hacia

Vol. 02, N. 02, Abr. - Jun., 2019 · www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh

uma politización de la sexualidad. In: CÓRDOBA, D; SÁEZ, J; VIDARTE, P. (Org.).

Teoría Queer: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. 2ª ed. Barcelona: EGALES, 2005, p. 21-66.

_____; SÁEZ, J; VIDARTE, P. (Org.). **Teoría Queer:** políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. 2ª ed. Barcelona: EGALES, 2005.

FRANCO, N. **A diversidade entra na escola:** histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero. 2009. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinatos de homossexuais no Brasil:** 2005.

JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC; Secad; UNESCO, 2009.

HALPERIN, D. **San Foucault:** para una hagiografía gay. Buenos Aires: Ediciones Literales, 2004.

LAQUEUR, T. **A invenção do sexo:** corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MISKOLCI, R.; SIMÕES, J. A. Apresentação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, 2007, p. 9-18, jan./jun.

MUÑOZ, A. C. Teoría rara. In: CÓRDOBA, D; SÁEZ, J; VIDARTE, P. (Org.). **Teoría Queer:** políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. 2ª ed. Barcelona: EGALES, 2005, p. 165-177.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

PRECIADO, B. **Manifiesto Contrasexual.** Barcelona: Anagrama, 2011a.

_____. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 19(1), p. 11-20, jan./abr., 2011b.

RIOS, R. R. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre o preconceito e discriminação. In: LOPES, J. R. L;

VENTURA, M; LEIVAS, P. G. C; LOREA, P. A; RIOS, R. R; BUGLIONE, S. (Org.).

Em Defesa dos Direitos Sexuais. Porto Alegre: Livraria do Advogado: 2007, p. 111-139.

ROSELLI-CRUZ, A. Homossexualidade, homofobia e a agressividade do palavrão. Seu

Vol. 02, N. 02, Abr. - Jun., 2019 · www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh

uso na educação sexual escolar. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 39, p. 73-85, jan./abr., 2011.

SÁEZ, J. El contexto sociopolítico de surgimiento de la teoría queer: de la crisis del sida a Foucault. In: CÓRDOBA, D; SÁEZ, J; VIDARTE, P. (Org.). **Teoría Queer: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas**. 2ª ed. Barcelona: EGALES, 2005, p. 67-76.

_____; CARRASCOZA, S. **Por el culo: políticas anales**. Madri: Egales, 2010.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a Educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WEEKS, J. Corpo e sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 35-82.

WITTIG, M. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Madrid: Eagle, 2006.

METODOLOGÍAS Y ESTRATÉGIAS POSIBLES: ¿CÓMO OPERAR CON GÉNERO Y SEXUALIDAD?

Resumen: El presente artículo intenta problematizar la teoría *queer* como potencia teórica y metodológica para investigaciones que tratan sobre género y sexualidad. A través de un ejercicio profano, (re)pienso en algunas nociones que tratan los términos como dispositivos históricos y presento evidencia de las condiciones de posibilidad que permitieron el establecimiento del *queer* como un movimiento de pensamiento crítico. Finalmente, opero con a teoría para cuestionar la sexopolítica, ejercitando preguntas que pueden ayudar a que los deseos "se fuga" de los regímenes de verdad que tienden a capturarlos. Por lo tanto, sostengo que la teoría es parte del método y debe explicarse en el trabajo académico.

Palabras clave: Teoría *queer*; Método; Género; Sexualidad.

Recebido em: 02/10/2019

Aceito em: 06/12/2019